

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Permanente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná – Sindijus-PR, iniciada às 19h30min do dia 08 de maio do ano de 2015, em segunda convocação, na Sede do Sindijus-PR, localizado à Rua David Geronasso, 227, Boa Vista, Curitiba, para tratar dos seguintes itens de pauta: 1. Pauta aprovada na 18ª Plenária, especialmente a data base e o reajuste previsto no orçamento deste ano; 2. Participação nas lutas com os demais servidores públicos do Estado; 3. Deliberação contra os desmandos e arbitrariedades do Beto Richa; 4. Contra o PL 4330 – Terceirização e precarização do serviço público; 5. Indicativo de greve. A Assembleia Geral Extraordinária Permanente iniciou-se sob a presidência do Coordenador Geral, José Roberto Pereira, que apresentou os pontos de pauta. Inicialmente foi questionado dos presentes sobre a leitura da ata da assembleia anterior, a qual foi dispensada pelos presentes. Em seguida a Diretora Andrea Ferreira fez uma fala sobre a importância de nos mantermos unidos em prol do interesse em comum que é a defesa dos nossos direitos, seguindo todos pelo mesmo caminho. Iniciando a discussão da pauta, o Coordenador Geral, apresentou a proposta da direção do Sindijus: Conseguir com urgência uma reunião com o Presidente do TJ; estabelecer como data limite o dia 25 de maio para que seja aprovado pelo órgão especial um projeto que inclua o índice de 8.17% mais os aumentos reais previstos no orçamento. Estabelecer como pauta prioritária o adicional de qualificação, processo administrativo, meta 3, concurso público, combate ao assédio moral, Gajejes (gratificação aos escrivães e secretários dos juizados). Não havendo o encaminhamento do projeto supramencionado a partir do dia 26 será deflagrada greve, nesse caso seria lançada uma contagem regressiva no site para o início da greve, reunião no dia 23 de maio com os representantes de base para organizar a mobilização, visitas nas comarcas pela direção do sindicato, elaboração de orientações sobre greve, agir junto à ALEP para aprovação do nosso projeto. Apresentada essa proposta o coordenador abriu as inscrições. Houve amplo debate, dentre as inscrições alguns servidores apresentaram propostas de encaminhamento. Thiago de Paiva, afirmou que a greve deve acontecer na semana seguinte. O servidor Ricardo propôs que a greve aconteça imediatamente. Bruno apresentou uma proposta consistente primeiramente que se elaborasse um cronograma de negociação de toda a

pauta de reivindicação da categoria, de forma que até o dia 17 de Julho houvesse o encaminhamento e essa seria a data limite, após isso fosse deflagrada a greve. O segundo encaminhamento que o Presidente passe a receber pessoalmente o sindicato. Em terceiro, que ocorra uma negociação urgente da nossa pauta com o Presidente do TJ. A servidora Daniela solicitou que fosse inclusa a pauta da previdência na nossas reivindicações e na greve. Reforçou que se faça o movimento pela pauta toda. O servidor Paulo propôs que apenas a data base fosse exigida para esse momento. David propôs que se realizasse uma assembleia dia 25 de maio, antes do inicio da greve, para avaliação e preparação. Encerrada as inscrições o economista Cid Cordeiro apresentou um relato sobre a situação econômica do Estado do Paraná, com o fechamento do quadrimestre. O servidor David Machado propôs que a mesa se reunisse com os servidores que apresentaram propostas para formular um encaminhamento para votação. A mesa fez um breve intervalo e se reuniu com os servidores para que fosse formada uma proposta conjunta para consenso. Foi votado então a proposta de: a) solicitar ao Tribunal de Justiça que responda por escrito a pauta de reivindicações da categoria já protocolada; b) que o projeto de lei reajustando os vencimentos da categoria, garantindo o reajuste da inflação dos últimos 12 meses em 8,17%, seja encaminhado e aprovado até a última sessão do mês no Órgão Especial, 25 de maio, e contenha também os índices de aumento real previstos no orçamento, como parte da isonomia; c) que o presidente do TJ, Paulo Vasconcelos, deve negociar diretamente com o Sindicato; d) caso não seja encaminhado e aprovado no órgão especial o projeto de lei da data base, na integralidade e os aumentos reais previstos para esse ano, a Greve será deflagrada dia 26. Colocada a proposta em votação foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar foi suspensa a Assembleia Geral Extraordinária, da qual eu, Daieniffer Cherini Lopes, _____, Secretária Geral lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme vai por mim assinada juntamente com o Coordenador Geral José Roberto Pereira _____.